

continuação

estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora...

Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício...

Novas normas, alterações e interpretações de normas: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício...

Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras...

3.1 IFRS 18/CPIC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18/CPIC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027...

3.2 Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia...

3.3 Reforma Tributária: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual...

3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a) Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/2025 31/12/2024. b) Aplicação financeira: 31/12/2025 31/12/2024.

Rodovias das Colinas S.A.

(a) Vide nota explicativa 6. (b) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia...

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: No início do exercício, Adições/Reversões no exercício, Baixas no exercício, No final do exercício.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: A vencer, Vencidos, Até 30 dias, De 31 a 90 dias, Acima de 91 dias (a).

(a) Refere-se substancialmente a montantes a receber do Poder Concedente, referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio no valor de R\$ 69.610 em 31/12/2025 (R\$ 69.429 em 31/12/2024)...

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: AB Concessões S.A. - debêntures (a), AB Concessões S.A. - mútuo a receber (b).

Movimentação 31/12/2025 1.093.264. Ajuste a valor presente (AVP) no exercício 31/12/2024 1.177.901. Ajuste a valor presente (AVP) no exercício 31/12/2025 1.144.972.

(a) Debêntures: em 29/06/2012, a controladora anterior AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29/12/2013...

(b) Saldo de mútuo com a controladora anterior AB Concessões S.A.: sobre o qual incidiram juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários - DI de um dia, expressas de forma percentual ao ano...

3.1 IFRS 18/CPIC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18/CPIC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027...

3.2 Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia...

3.3 Reforma Tributária: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual...

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: Pedágio eletrônico e outros (a), Receitas acessórias, Provisão para perdas de crédito esperada (c), ARTESP - ponto a ponto (b), Total, Circulante, Não circulante.

(a) Vide nota explicativa 6. (b) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia...

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: Saldos em 31/12/2023, Dividendos aprovados em 29/04/2024, Dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos pagos no exercício.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: Dividendos aprovados em 30/04/2025, Dividendos aprovados em 30/09/2025, Dividendos aprovados em 17/12/2025, Dividendos pagos no período.

Em 27/05/2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº 1, o saldo de dividendos passou a ser devido a nova controladora. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia...

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows: Salários, Encargos, Outros benefícios, Total.

8. Direito de Uso A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção. A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 10,69% em 31/12/2025 e 8,71% em 31/12/2024.

Table with columns: Descrição, Custo, Amortização acumulada, Valor Líquido. Rows: Veículos.

Table with columns: Descrição, Custo, Amortização acumulada, Valor Líquido. Rows: Veículos.

(b) Movimentação: 31/12/2024 31/12/2025. Custo Saldo Adições Baixas Saldo.

Table with columns: Amortização, Saldo, Adições, Baixas, Saldo. Rows: Veículos.

Table with columns: Amortização, Saldo, Adições, Baixas, Saldo. Rows: Veículos.

9. Intangível A movimentação é como segue: Intangível em rodovias - obras e serviços (a), Direito de outorga da concessão (b), Direito de exploração de infra-estrutura (d), Outros (c), Total.

Table with columns: Custo, Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2023, 31/12/2024.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

Table with columns: Saldos em, Adições, Baixas, Saldos em. Rows: 31/12/2024, 31/12/2025.

10. Debêntures:

Table with columns: Série, Quantidade emitida unitária, Taxas contratuais (%), Vencimento, 2025, 2024. Rows: 9ª emissão: 1ª série, 10ª emissão: 1ª série, 12ª emissão: 1ª série, 13ª emissão: 1ª série.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Custos de transação, Saldo líquido, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Ano do vencimento, Valor. Rows: 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032.

13ª emissão: Em 15/07/2025 a Companhia efetuou liquidação da 13ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/01/2032...

12ª emissão: Em 18/10/2024 a Companhia efetuou liquidação da 12ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/12/2026...

10ª emissão: Em 15/12/2020 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/12/2026...

9ª emissão: Em 16/06/2025 a Companhia liquidou a 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. Em 17/06/2024 a Companhia liquidou a 2ª série da 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações...

12. Obrigações fiscais e Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar: a) Obrigações Fiscais: 31/12/2025 31/12/2024.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar: 31/12/2025 31/12/2024.

13. Credor pela concessão: Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000 e a última em fevereiro de 2020...

Parcela variável: 31/12/2025 1.532, 31/12/2024 1.532. Total: 31/12/2025 1.532, 31/12/2024 1.532.

Saldo variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, em 30/04/2025, foi celebrado o TAM 28/2025, onde um dos objetivos foi ajustar a percentagem de 3% calculado sobre as receitas de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus variável...

Saldo em 31/12/2023: 35.785. Constituição da Provisão: 6.702. Ajuste a valor presente sobre a constituição: (202). Utilização: (22.796). Ajuste a valor presente: 3.730. Saldo em 31/12/2024: 23.219. Saldo em 31/12/2025: 23.219.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rodovias das Colinas S.A.									
juros no encerramento do exercício:									
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante	
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber	143.514	-	73.904	-	73.904	69.610	-	-	69.610
Debêntures e Mútuo	1.144.972	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.288.486	-	73.904	-	73.904	1.214.582	-	-	-
Passivos Debêntures – Principal e Juros (b)	2.659.125	1.696.691	-	465.220	465.220	1.270.977	1.215.075	1.294.418	3.780.470
Credor pela concessão	1.532	-	-	1.532	-	-	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	39.545	-	-	22.063	17.482	39.545	-	-	-
Passivo de arrendamento	40.579	14.217	2.692	8.077	10.769	17.481	15.647	10.900	44.028
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.740.781	1.710.908	26.287	490.779	517.066	1.288.458	1.230.722	1.305.318	3.824.498

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2025 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 12ª e 13ª emissões das debêntures. 59 24. **Gestão de Risco de Capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. Índice de endividamento: O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	2.659.125	1.088.133
Caixa e equivalentes de caixa	(911.161)	(191.110)
Dívida líquida	1.747.964	897.023
Patrimônio líquido	1.199.439	624.470
Índice de endividamento líquido	1,46	1,44

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 09. Índice de endividamento: A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,46 em 31/12/2025 (1,44 em 31/12/2024), como resultado da 12ª e 13ª emissões de debêntures públicas (Nota 9). Os recursos da 12ª e 13ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia. 25. **Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2025 (Em milhares de reais) A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. 26. **Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Límites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais – todos os riscos	Danos materiais à rodovia	41.714	Out/2026

27. **Eventos subsequentes:** i. Em 05/02/2026, a Companhia celebrou, com o Governo do Estado de São Paulo, Termo Aditivo e Modificativo nº 30/2026 ("TAM nº 30/2026") ao CONTRATO 012/CR/200 ("Contrato de Concessão"). O TAM nº 30/2026 tem por objetivo: (i) a inclusão dos investimentos atinentes às obras de dois ciclos de intervenção de pavimento no âmbito da conservação especial no escopo do Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000 (5ª e 6ª ciclos); (ii) reconhecer e desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme cálculos realizados por fluxo de caixa marginal; e (iii) equilibrar o Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes dos itens acima. Desta forma, o Contrato de Concessão fica com seu prazo contratual prorrogado para 01/06/2044. ii. Em 15/01/2026, a Companhia realizou o pagamento dos juros da 13ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 146.124.

DIRETORIA

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luis Felipe Araujo de Carvalho
Contador - CRC 1SP-337989

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da Rodovia das Colinas S.A., Itu – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Colinas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rodovia das Colinas S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 6, a Companhia possui debêntures e mútuos a receber da AB Concessões S.A., no montante de R\$ 1.144.972 mil, cuja recuperabilidade depende da expectativa de ingresso de recursos provenientes da Triângulo do Sol Autoestradas S.A. (controlada da AB Concessões S.A.) os quais estão relacionados a créditos regulatórios favoráveis à Triângulo do Sol Autoestradas S.A., já reconhecidos pelo Poder Concedente; valores potencialmente recuperáveis em processo tributário e valores potencialmente liberáveis em processos trabalhistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Veja as notas explicativas 2.9 e 18 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações,

de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil, (i) análise da movimentação do saldo do contas a receber de 01 de janeiro a 31/12/2025, onde inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício com base nos extratos bancários, (ii) verificação do recebimento subsequente dos saldos de contas a receber das empresas de repasse de arrecadação de pedágio em 31/12/2025. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31/12/2025. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a audi-

toria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 07/04/2026

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/0-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora
CRC 1SP252905/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

